

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8024724-77.2024.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA DEFENSORA PÚBLICA: MARIA TERESA CARNEIRO SANTOS CINTRA ZARIF IMPETRADO: JUIZ DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR PACIENTE: LUCAS OLIVEIRA COSTA PROCURADORA DE JUSTIÇA: SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIMES TIPIFICADOS NO ART. 33, CAPUT, E ART. 35 C/C ART. 40, IV, TODOS DA LEI Nº 11.343/2006, E ART. 2º, § 2º E 3º, DA LEI Nº 12.850/2013. 1 – ALEGAÇÃO DE EXCESSO PRAZAL. NÃO CONSTATAÇÃO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO (ART. 5º, LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO PENAL. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE ACUSADOS. DENÚNCIA OFERECIDA, EM DESFAVOR DO PACIENTE E MAIS 06 (SEIS) ACUSADOS. PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE FORA DECRETADA EM 09/05/2023, NOS AUTOS DA CAUTELAR Nº 8035250-37.2023.8.05.0001. MANDADO CUMPRIDO EM 18/05/2023. DENÚNCIA RECEBIDA EM 03/06/2023, SENDO DETERMINADA A NOTIFICAÇÃO DO PACIENTE E DEMAIS INCREPADOS PARA OFERECIMENTO DE RESPOSTA. PACIENTE DEVIDAMENTE CITADO EM 12/04/2024, TENDO DECLARADO O SEU INTERESSE DE ESTAR SENDO ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA, ENCONTRANDO-SE, ATUALMENTE, O PROCESSO EM CARTÓRIO, AGUARDANDO A APRESENTAÇÃO DE DEFESA PELO PACIENTE, BEM COMO O TÉRMINO DO PRAZO DO OEDITAL CITATÓRIO DO CORRÉU LUIS HENRIQUE SANTOS SOUZA. MAGISTRADO DE 1º GRAU, À LUZ DO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPPB, PROCEDEU À REAVALIAÇÃO DA NECESSIDADE OU NÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE E DEMAIS INCREPADOS, NA DATA DE 18/04/2024, SENDO MANTIDAS AS PRISÕES CAUTELARES. DESÍDIA ESTATAL NÃO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO. 2 – CONCLUSÃO: ORDEM DENEGADA. Vistos, relatados e discutidos os Autos de HABEAS CORPUS autuado sob nº. 8024724-77.2024.8.05.0000, tendo DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, como Impetrante e, na condição de Paciente, LUCAS OLIVEIRA COSTA, os eminentes Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal – 1ª Turma Julgadora – do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, ACORDAM para DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator, conforme certidão de julgamento. Sala de Sessões, data constante da certidão de julgamento. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA DESEMBARGADOR RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 6 de Junho de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8024724-77.2024.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA DEFENSORA PÚBLICA: MARIA TERESA CARNEIRO SANTOS CINTRA ZARIF IMPETRADO: JUIZ DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR PACIENTE: LUCAS OLIVEIRA COSTA PROCURADORA DE JUSTIÇA: SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES RELATÓRIO Trata-se de HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO, com pedido liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, em favor de LUCAS OLIVEIRA COSTA, já qualificado na exordial, por ato supostamente praticado pelo juiz de Direito da Vara dos Feitos Relativos a Delitos de Organização Criminosa da Comarca de Salvador/BA. Narra a Impetrante que o Paciente foi preso preventivamente em 18/05/2023, pela suposta prática dos delitos previstos art. 33, caput, e art. 35 c/c art. 40, IV, todos da Lei nº 11.343/2006, e art. 2º, § 2º e 3º, da Lei nº 12.850/2013. Alega que a Ação Penal foi instaurada, “tendo sido a denúncia oferecida em 28/06/2023 (ID 396606503) e recebida em 03/07/2023 (ID 397140140)” (sic). Assevera também que “o

Paciente aguarda encarcerado o início da instrução processual, uma vez que as partes sequer foram citadas, sendo que, o Ministério Público desconhece o paradeiro de 03 dos acusados, o que gerará ainda mais mora pelos prazos dos editais de citação. (ID 416325595)" (sic). Argumenta que "a Ação Penal encontra-se ainda em fase citação, sem audiência marcada, razão pela qual não há qualquer margem de incidência do disposto no Enunciado nº 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça" (sic), de modo que "desde 18/05/2023 o peticionante encontra-se encarcerado e sequer foi citado para responder a ação penal, conforme certidão de ID 401994083" (sic). Noutro ponto, argui que o Juízo a quo "determinou a citação pessoal do paciente no dia 16/11/2023 (ID 420712143), mas até a presente data não há nenhum retorno do mandado de citação" (sic). Por fim, sustenta que o Paciente encontra-se submetido a constrangimento ilegal, requerendo, liminarmente, o relaxamento da custódia cautelar; no MÉRITO, a confirmação definitiva da ordem. A petição inaugural encontra-se instruída com documentos. OS AUTOS FORAM DISTRIBUÍDOS, NA FORMA REGIMENTAL DESTE SODALÍCIO, PELA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU, POR PREVENÇÃO, À LUZ DO ART. 160 DO RITJBA, CONFORME SE INFERE DA CERTIDÃO EXARADA, VINDO OS AUTOS CONCLUSOS PARA APRECIÇÃO DO PEDIDO FORMULADO NA EXORDIAL. LIMINAR INDEFERIDA – Id. Num. 60089697, na data de 10/04/2024, conforme fluxo eletrônico. Requisitadas as informações ao Juízo a quo, as quais foram prestadas e, em seguida, os autos foram encaminhados à Procuradoria de Justiça, que opinou pela DENEGAÇÃO DA ORDEM – Id. Num. 62142090, vindo os autos conclusos ao gabinete desta Desembargadoria, conforme se vê do fluxo em 15/05/2024. É O SUCINTO RELATÓRIO. Encaminhem-se os autos à Secretaria, a fim de que seja o presente feito pautado, observando-se as disposições contidas no Regimento Interno deste Sodalício, inclusive no que tange a pedido de Sustentação Oral. Salvador/BA., data registrada em sistema. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA DESEMBARGADOR RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8024724-77.2024.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA DEFENSORA PÚBLICA: MARIA TERESA CARNEIRO SANTOS CINTRA ZARIF IMPETRADO: JUIZ DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR PACIENTE: LUCAS OLIVEIRA COSTA PROCURADORA DE JUSTIÇA: SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES VOTO Constata-se que razão não assiste à Impetrante, uma vez que, como se pode observar dos documentos carreados à exordial, bem como pelos informes judiciais prestados, a ação penal nº. 8080584-94.2023.8.05.0001 encontra-se em regular tramitação perante o Juízo a quo, em razão da suposta prática dos delitos previstos art. 33, caput, e art. 35 c/c art. 40, IV, todos da Lei nº 11.343/2006, e art. 2º, § 2º e 3º, da Lei nº 12.850/2013. A Denúncia oferecida, em desfavor do Paciente e mais 06 (seis) acusados, descreve, in verbis: "[...] Foi instaurado Inquérito Policial, sob nº 365/2021-BTS, pela Coordenação de Operações do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP – a partir de notícia criminal oriunda de Relatório de Missão nº 003/2021- DHPP/SSP/PCBA, produzido pela equipe de Investigação do Departamento, versando sobre as causas do aumento significativo de homicídios em bairros integrantes da Região Integrada de Segurança Pública Baía de Todos os Santos (RISP – BTS), mais especificamente nos bairros de PLATAFORMA, ITACARANHA, ALTO DA TEREZINHA, RIO SENA e PERIPERI. Desse modo, a investigação apurou as causas do aumento de homicídios que, posteriormente evidenciou-se como relacionadas à disputa por pontos de tráfico de drogas entre grupos criminosos rivais. Assim, restou consignado no bojo do

Relatório de Missão nº 003/2021 que os referidos bairros compõem zona de maior complexidade para a manutenção da paz social, com registro de alto índice de CVLI, especialmente homicídio, uma vez que computa intensos conflitos por cauda da disputa por pontos de venda de drogas entre os grupos criminosos rivais, sendo que, para se compreender o motivo dos conflitos atuais nos bairros referidos, é importante entender o contexto histórico do fato. Em breve contextualização fática, a Polícia Civil esclarece que a região do Subúrbio Ferroviário era anteriormente “dividida” entre 04 (três) grupos criminosos, sendo eles: 1) O grupo criminoso liderado por MARIVALDO DE JESUS CARVALHO, vulgo “COQUINHO”, dominava o tráfico de drogas no bairro do ALTO DA TEREZINHA; 2) O grupo criminoso liderado por RAFAEL DOS SANTOS, vulgo “PARIPE”, dominava o tráfico de drogas no bairro de RIO SENA; 3) O grupo criminoso liderado por DOMINIQUE VIEIRA PINTO, vulgo “NICK”, “GORDO” ou “DOMUS”, dominava o tráfico de drogas no bairro de ITACARANHA; 4) O grupo criminoso liderado por DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA, vulgo “AROLD0”, “HAROLD0”, dominava o tráfico de droga no bairro de PLATAFORMA. Ocorre que, a supracitada composição do domínio do tráfico de drogas dos grupos criminosos modificou-se após as prisões de “COQUINHO” e de “NICK”, e a morte de “PARIPE”. Nesse contexto, o grupo liderado por “AROLD0”, aproveitando-se do enfraquecimento dos grupos liderados por “COQUINHO” e “NICK”, em decorrência de suas prisões, iniciou expansão de seus pontos de venda de drogas para os territórios localizados nos bairros de ALTO DA TEREZINHA (domínio de “COQUINHO”) e ITACARANHA (sob domínio de “NICK”), realizando ataques com atuação de “bondes” (grupos de indivíduos fortemente armados, inclusive com uso de fuzis, visando atacar áreas de grupos rivais e causar terror na população local), de forma sistemática nestes locais, dominando parte significativa dos pontos de venda de drogas nos referidos bairros. Com a saída de “COQUINHO” e “NICK” do sistema prisional, os mesmos unem forças com o objetivo de retomar os pontos de venda de drogas perdidos para o grupo de “AROLD0”, nos bairros do ALTO DA TEREZINHA e ITACARANHA, iniciando-se, então, disputa pela retomada e expansão dos pontos de venda de drogas, o que fez eclodir uma “guerra” entre os grupos criminosos rivais com ataques e contra-ataques recíprocos, mormente com atuação dos “bondes”, fazendo aumentar o número de homicídios nos bairros. O Relatório Final da Autoridade Policial esclarece que, atualmente, o grupo criminoso liderado por “COQUINHO” conseguiu retomar pontos de venda de entorpecentes no bairro de ALTO DA TEREZINHA, bem como conseguiu expandir seus pontos de comércio de drogas para algumas áreas no bairro de PLATAFORMA, porém encontra, ainda, grande resistência por parte do grupo liderado por “AROLD0”. Por sua vez, “NICK”, com apoio de “COQUINHO”, conseguiu também retomar algumas áreas de venda de drogas no bairro de ITACARANHA, igualmente encontrando resistência por parte do grupo de “AROLD0”. Aduzem ainda as Autoridades Policiais que, outro marco significativo da expansão dos conflitos na região do Subúrbio Ferroviário, especialmente no bairro do RIO SENA, foi a morte de RAFAEL DOS SANTOS, vulgo “PARIPE”, então líder do tráfico de drogas do referido bairro. Narram que o grupo criminoso liderado por “PARIPE” sempre manteve boa relação com o grupo criminoso liderado por “COQUINHO”, uma vez que, mesmo dominando bairros fronteiriços (aquele, RIO SENA e este, ALTO DA TERESINHA), conviviam de forma harmônica, ou seja, cada um comercializava entorpecentes nos seus respectivos pontos de venda. No entanto, no dia 12 de setembro de 2019, “PARIPE” morreu após ser baleado numa tentativa de fuga. Após a morte de “PARIPE”, seus dois principais parceiros: JEFERSON CRUZ DOS SANTOS, vulgo

“GÊ” ou “JHE” e JEFFERSON NASCIMENTO FRANÇA, vulgo “TCHUCK”, iniciaram intensa disputa para ocupar o posto de líder do grupo responsável pelo tráfico de drogas no bairro de RIO SENA. Com objetivo de se fortalecerem e conseguirem armas para consolidar poder no bairro, cada um deles buscou se aliar a outros grupos criminosos da região do Subúrbio Ferroviário. Nesse contexto, “GÊ” buscou apoio de JAILSON ALMEIDA SANTOS, vulgo “JAI SECO”, líder do tráfico de drogas das localidades Baixada e Colinas de Periperi, e de LENO REIS MENEZES, vulgo “LENO”, líder do tráfico de drogas da localidade Nova Constituinte. Por outro lado, “TCHUCK” buscou se fortalecer com o apoio dos grupos criminosos liderados por “COQUINHO” e “NICK”, que têm apoio dos grupos criminosos ligados aos bairros do NORDESTE DE AMARALINA e SANTA LUZIA DO LOBATO. Em abril de 2020, “GÊ” morreu após confrontar com as Forças de Segurança do Estado e, em seu lugar, assumiram o comando do grupo: LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, vulgo “DEMORÔ” ou “RICK”, e seu irmão ERIC JEFERSON SANTOS SOUZA, vulgo “MAD MAX”, que mantiveram o apoio de “JAI SECO” e de “LENO”, na disputa contra “TCHUCK”. Finalmente, considerando o exposto, o cenário atual dos conflitos entre os grupos criminosos rivais pela retomada e expansão de pontos de venda de drogas nos bairros referidos se caracterizam, segundo as investigações preliminares, pela união entre os grupos liderados por “COQUINHO” (área de atuação: ALTO DA TERESINHA), “NICK” (área de atuação: parte de ITACARANHA) e “TCHUCK” (área de atuação: parte do RIO SENA), apoiados pelos correligionários dos bairros do NORDESTE DE AMARALINA e SANTA LUZIA DO LOBATO, rivalizando com os grupos criminosos liderados por “AROLD” (área de atuação: PLATAFORMA e parte de ITACARANHA), “JAI SECO” (área de atuação: MIRANTE DE PERIPERI), “LENO” (áreas de atuação: NOVA CONSTITUINTE e CONGO) “DEMORÔ” e seu irmão “MAD MAX” (área de atuação: parte do RIO SENA) Vale ressaltar que, a estratégia investigativa, no que se refere ao bairro do Rio Sena, restringiu-se ao grupo criminoso liderado por LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, vulgo “DEMORÔ” ou “RICK”, por seu irmão ERIC JEFERSON SANTOS SOUZA, vulgo “MAD MAX” (já falecido) e por ANTÔNIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES, vulgo “BRUNINHO”. As investigações demonstraram que a área dominada pelo grupo liderado por “DEMORÔ” ou “RICK”, “MAD MAX” e “BRUNINHO”, é dividida em ao menos 05 (cinco) localidades, sendo elas: Rua da Bomba, área de domínio de ANTONIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES, vulgo “BRUNINHO”, e de ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS, vulgo “COQUITO”; Volta Redonda, área de domínio de “PERREL”; localidades do Coqueiral, Baixada e Nativo, áreas de domínio de LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, vulgo “DEMORÔ” ou “RICK”. A localidade conhecida como “BAIXADA”, situada no bairro de Rio Sena, área de domínio do grupo criminoso liderado por “DEMORÔ” ou “RICK”, “MAD MAX” e “BRUNINHO” funcionava como uma espécie de zona de resolução de conflitos entre os membros do grupo e como “tribunal do crime”, onde eram executados integrantes de grupos rivais e demais indivíduos que desagradavam os interesses das lideranças. Durante as diligências em campo, a Equipe de Investigação da Polícia Civil obteve a informação de que em 19/04/2023, LUIS HENRIQUE SANTOS SOUZA, vulgo “DEMORÔ” e seu grupo realizaram novo ataque na localidade conhecida como “Bambu”, enquanto seu parceiro, DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA, vulgo “AROLD”, juntamente com outros indivíduos, invadiram o bairro da Terezinha. (...) Concluído o IP nº 365/2021-BTS, em 08 (oito) etapas de monitoramento telefônico da denominada “OPERAÇÃO LICURI”, bem como após os cumprimentos dos mandados de busca e prisão temporárias efetivados em 18/05/2023, foi possível identificar e qualificar 21 (vinte e um) integrantes da ORCRIM investigada, sendo possível ao DHPP elaborar o seguinte organograma:(...)

Acerca da estrutura organizacional da sùcia, consta no Inquérito Policial no qual se lastreia essa exordial acusatória, que no primeiro escalão hierárquico, composto por aqueles que detêm o poder de comando e a quem os demais devem subordinação, estão: DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA (vulgo "HAROLD0" ou "AROLD0"), LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA (vulgo "DEMORÔ" ou "RICK"), CLAUDEMIR DE SOUZA SILVA (vulgo "CAU"); e junto a eles, como líderes locais/regionais LUCAS OLIVEIRA COSTA (vulgo "LUCAS PEL" ou "PERREL") e ANTÔNIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES (vulgo "BRUNINHO"). Atuavam diretamente com os líderes, as Denunciadas VERÔNICA DA CRUZ PORTUGAL SANTOS (vulgo "VEVEU") e ALINE DA CRUZ MAGALHÃES (vulgo "LICA"), as quais compunham o núcleo financeiro da sùcia. O segundo escalão hierárquico, conforme infere-se do organograma, seria dividido em demais setores: aqueles responsáveis por realizar diretamente a mercancia das drogas e arrecadação dos valores, pela logística e transporte, bem como aqueles cujas funções diziam respeito ao cometimento de crimes contra o patrimônio a fim de alcançarem capital para o comércio ilícito de entorpecentes. Assim, do ponto de vista operacional, logo abaixo das lideranças indicadas estariam os gerentes: YURI MOREIRA CARVALHO (vulgo "YURI CHAPA") e VITOR HUGO BRITO DOS SANTOS SILVA (vulgo "VITOR HUGO"). Nesse ínterim, resta esclarecer que, em razão da complexidade dos fatos, da grande quantidade de envolvidos, e com a finalidade de viabilizar marcha processual em tempo razoável, com amparo no art. 80 do CPP (aplicável por analogia), o Ministério Público do Estado da Bahia, dominus littis da ação penal, por intermédio dos Promotores de Justiça com designação para atuarem perante o GAECO, optou por fracionar as Denúncias oferecidas contra esta mesma sùcia, em 02 (duas) ações penais distintas, separando-as em relação aos Denunciados que ocupavam posição de "liderança e gestão financeira" e os demais responsáveis pela "logística operacional", sendo a presente denominada Denúncia 01 – DAS LIDERANÇAS E FINANCEIRO". Conforme apontaram as investigações, há, efetivamente, uma escala na qual pessoas dispostas a trabalhar para o tráfico se tornam os vendedores, responsáveis pela logística do comércio ilícito, envolvendo-se, inclusive, em conflitos com grupos rivais a fim de tomar o território inimigo.

2. DA INDIVIDUALIZAÇÃO DOS INTEGRANTES DA ORCRIM INVESTIGADA

Explicitadas as linhas gerais de atuação da organização criminosa, cumpre, em seguida, descrever a individualização das condutas atribuídas aos denunciados, integrantes do núcleo 01 "Dos Líderes e Gerentes", ressaltando-se, uma vez mais, que as condutas dos membros dos demais núcleos serão detalhadas através de Denúncias próprias/autônomas, todas oferecidas em um mesmo momento. (...) Logrou-se identificar DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA, vulgo "AROLD0" ou "HAROLD0", como um dos principais líderes do tráfico de drogas do bairro de Plataforma, principalmente nas localidades Conjunto Senhor do Bonfim e Bariri. Repise-se que, o Increpado é uma das lideranças no bairro de Plataforma e, conforme noticiado pelas Autoridades Policiais – baseadas em relatórios de campo e de inteligência – "AROLD0", aproveitou-se do enfraquecimento dos grupos liderados por "COQUINHO" e "NICK", em decorrência de suas prisões, iniciando expansão de seus pontos de venda de drogas para os territórios localizados nos bairros de ALTO DA TEREZINHA (domínio de "CONQUINHO") e ITACARANHA (sob domínio de "NICK"), realizando ataques com atuação de "bondes". Diálogos legalmente interceptados, autorizados por esta D. Especializada, ratificam as informações alcançadas pela Inteligência da Polícia Civil, apontando o codenunciado CLAUDEMIR DE SOUZA SILVA, vulgo "CAU" como seu principal parceiro, auxiliando-o no desenvolvimento do tráfico de drogas do bairro de Plataforma. Além de

"CAU", possui forte parceira com "DEMORÔ" e "BRUNINHO" apoiando os ataques realizados contra a organização criminosa Comando Vermelho: (...) A praxe investigativa permite identificar que o diálogo acima revela posição de mando ocupada pelos interlocutores (CLAUDEMIR X 'AROLDÓ'), haja vista se dedicarem a discutir os valores, o modo de acondicionamento e a qualidade das drogas ilícitas a serem adquiridas para comercialização em massa. (...) LUCAS OLIVEIRA COSTA, vulgo "PEL", "GALINHA" ou "PERREL", foi identificado como um dos integrantes do grupo criminoso liderado por "BRUNINHO" e "RICK" ou "DEMORÔ", com atuação no tráfico de drogas desenvolvido nos bairros de Rio Sena e Escada, nas localidades conhecidas como "Rua da Bomba", "Coqueiral" e "Nativos". De acordo com as investigações, "PERREL" é pessoa de confiança do líder "BRUNINHO", sendo responsável por organizar os estoques de entorpecentes nos pontos de venda, armazenar drogas em sua residência para serem distribuídas, cobrar os valores oriundos do comércio ilícito e apresentar prestação de contas dos valores auferidos com o tráfico de drogas para o líder "BRUNINHO". A relação direta e de confiança com o também denunciado "BRUNINHO", bem como com "COQUITO" (falecido), foi demonstrada desde a 1ª etapa da OPERAÇÃO LICURI, quando interceptado o terminal 71983473125 – cadastrado em seu próprio nome – demonstrando ser um dos seus homens de confiança no desenvolvimento do comércio de entorpecentes do bairro do Rio Sena e Escada. [...] "Segundo se infere das informações encaminhadas a este Tribunal de Justiça da Bahia, a prisão preventiva do Paciente fora decretada em 09/05/2023, nos autos da cautelar nº 8035250-37.2023.8.05.001, cujo mandado fora cumprido em 18/05/2023, como se infere dos Ids. nº. 383393381 e 388689018. A Denúncia foi recebida em 03/06/2023, sendo determinada a notificação do Paciente e demais increpados para oferecimento de Resposta. No caso, o Paciente foi devidamente citado em 12/04/2024, tendo declarado o seu interesse de estar sendo assistido pela Defensoria Pública, encontrando-se, atualmente, o processo em cartório, aguardando a apresentação de Defesa, bem como o término do prazo do edital citatório do corréu Luis Henrique Santos Souza. Na data de 18/04/2024, o Magistrado de 1º Grau, à luz do art. 316, parágrafo único, do CPPB, procedeu à reavaliação da necessidade ou não da custódia cautelar do Paciente e demais increpados, tendo proferido a seguinte decisão: "Vistos etc. Com o intuito de dar cumprimento ao parágrafo único do art. 316 do CPP, que impõe a necessidade de revisão, ex officio e a cada 90 (noventa) dias, das decisões que decretam as prisões preventivas, bem como em face da Recomendação nº 62 do CNJ, passo à análise dos presentes autos. O Ministério Público do Estado da Bahia, lastreado nos autos do inquérito policial nº 365/2021, ofertou denúncia nos presentes autos no ID 396606503, em desfavor de DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA, LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, CLAUDEMIR DE SOUZA SILVA, ANTÔNIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES, LUCAS OLIVEIRA COSTA, ALINE DA CRUZ MAGALHÃES, VERÔNICA DA CRUZ PORTUGAL SANTOS todos como incursos nas penas individualizadas descritas a fl. 47 do ID 396606503, devidamente recebida no ID 397140140, em 03/07/2023. Passo agora a verificar a situação prisional dos referidos denunciados. Verifica-se que este juízo especializado, no decisum de ID 397140140, datado de 03/07/2023, manteve a prisão preventiva dos acusados LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, ANTÔNIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES, LUCAS OLIVEIRA COSTA, decretadas no bojo da cautelar de nº 8035250-37.2023.8.05.0001 e decretou a prisão preventiva de DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA e CLAUDEMIR DE SOUZA SILVA nos autos da ação penal. Os mandados de prisão dos acusados LUCAS OLIVEIRA COSTA, ALINE DA CRUZ

MAGALHÃES E VERÔNICA DA CRUZ PORTUGAL SANTOS foram cumpridos no dia 18/05/2023, consoante ofício de ID 388794729. A acusada VERÔNICA DA CRUZ PORTUGAL SANTOS, teve sua prisão temporária revogada, enquanto a ré ALINE DA CRUZ MAGALHÃES teve a substituição da prisão preventiva por domiciliar, conforme ata de audiência em ID 388800556. Compulsando os autos, até o momento não há informações acerca do cumprimento do mandado de prisão em relação aos acusados DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA, LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, CLAUDEMIR DE SOUZA SILVA e ANTÔNIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES, encontrando-se, portanto, foragidos. Note-se que em relação ao réu LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, foi determinado que este seja citado por edital, bem como foi decretada a sua prisão preventiva, conforme consta no despacho de ID 440261399. Os presentes autos encontram-se em fase de citação e apresentação das respostas às acusações. Compulsando os autos, verifico que não existe qualquer fato novo capaz de infirmar os requisitos, devidamente demonstrados, da decisão que decretou a segregação preventiva dos acusados DANILO JOSÉ DE JESUS SILVA, LUIZ HENRIQUE SANTOS SOUZA, CLAUDEMIR DE SOUZA SILVA, ANTÔNIO BRUNO DA CRUZ MAGALHÃES e LUCAS OLIVEIRA COSTA, razão pela qual MANTENHO as segregações, devendo-se registrar que, oportunamente, nova avaliação será realizada. Após as devidas intimações e cumprimentos, voltem-me os autos conclusos para novo impulso processual. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.” Nessa esteira, constata-se que não há qualquer demonstração de morosidade na tramitação da demanda criminal perante o Juízo de Origem, notadamente porque o excesso de prazo há de ser aferido caso a caso, levando-se em conta os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade. Demais disso, somente a demora injustificada, decorrente de culpa ou desídia do Juízo a quo ou do Ministério Público do Estado da Bahia, devidamente comprovada, pode configurar a ilegalidade do cerceamento imposto, o que não se evidencia no caso em destaque. Nesse sentido: “Os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela soma aritmética dos mesmos, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada caso, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.” (STJ, HC nº 217027 / SP, Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, Julgamento em 06/12/2011).(grifos nossos) Veja-se a remansosa jurisprudência dos tribunais pátrios, conforme os julgados abaixo: TJ-PE – Habeas Corpus HC 3775682 PE (TJ-PE). Data de publicação: 06/05/2015. Ementa: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO SIMPLES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUIZ. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. UNANIMIDADE. 1. O alegado excesso de prazo não pode ser considerado quando o feito tramita dentro dos parâmetros da razoabilidade. 2. A concessão de liberdade ao paciente no presente momento é providência que se afigura temerária, diante dos elementos até então acolhidos nos fólios, devendo ser considerado, outrossim, o posicionamento adotado pelo Juízo impetrado que, por estar mais próximo aos fatos e pessoas envolvidas, tem melhores condições de aquilatar sobre a necessidade da permanência do paciente no cárcere. 3. Habeas Corpus denegado, por unanimidade. (grifos nossos) TJ-PA – HABEAS CORPUS HC 201330201489 PA (TJ-PA).Data de publicação: 24/10/2013.Ementa: ementa: habeas corpus liberatório roubo majorado excesso de prazo processo com tramitação regular cartas precatórias princípio da razoabilidade qualidades pessoais

irrelevantes ordem denegada decisão unânime. I. O atraso processual encontra-se justificado pelo princípio da razoabilidade. É cediço que os prazos indicados para a conclusão da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral para os magistrados, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência os tem mitigado, aplicando o princípio da razoabilidade às hipóteses em que o atraso não for provocado pela desídia estatal, como no caso em apreço. Sabe-se que o excesso de prazo não pode ser reconhecido tão somente em razão da soma aritmética dos prazos processuais previstos na fria letra da lei. Em casos como esse, em que a mora decorre do atraso no cumprimento de cartas precatórias, a jurisprudência tem reconhecido a aplicação do princípio da razoabilidade. Precedentes do STJ; II. As informações da autoridade inquinada coatora e do sistema de acompanhamento processual dão conta de que o processo tem tido trâmite normal, com audiência de instrução e julgamento agendada para data próxima; III. No que tange as qualidades pessoais, sabe-se que estas são irrelevantes para a concessão da ordem de habeas corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da preventiva. Deve-se, portanto, aplicar ao caso o princípio da confiança no juiz da causa, o qual por estar mais próximo as partes, tem melhores condições de valorar a necessidade da prisão cautelar do paciente; IV. Ordem denegada. A jurisprudência pátria vem se pronunciando no sentido de que, "quando reconhecido a complexidade da causa penal, de um lado, e o número de litisconsortes penais passivos, de outro, tais motivos podem, por si só, justificar eventual retardamento na conclusão do procedimento penal ou na solução jurisdicional do litígio, desde que a demora registrada seja compatível com padrões de estrita razoabilidade." (HC 105133, Relator (a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 26/10/2010, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 22-11-2010 PUBLIC 23-11-2010) Neste mesmo sentido, eis o entendimento do Supremo Corte de Justiça: "É certo que a inserção do inciso LXXVIII ao art. 5º da CF refletiu o anseio de toda a sociedade de obter resposta para solução dos conflitos de forma célere, pois a demora na prestação jurisdicional constitui verdadeira negação de justiça. Por outro lado, não se pode imaginar ação penal em que o provimento seja imediato. É característica de todo processo durar, não ser instantâneo ou momentâneo, prolongar-se. O processo, verdadeiro procedimento, implica sempre um desenvolvimento sucessivo de atos no tempo, característica mais notável do conceito de procedimento. Sobre o tema, registro, ainda, que é firme o entendimento deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que somente o excesso indevido de prazo imputável ao aparelho judiciário traduz situação anômala que compromete a efetividade do processo, além de tornar evidente o desprezo estatal pela liberdade (...)" (HC nº. 127160, Min. Gilmar Mendes. Segunda Turma, julgado em 03/11/2015, publicado em 19/11/2015). grifos nossos) Ressalte-se que, para o acolhimento do alegado excesso de prazo, a morosidade no julgamento do processo deve ser injustificada, isto é, deve ser excessiva, considerando-se a complexidade e natureza da demanda, a quantidade de partes envolvidas, o grau de congestionamento dos juízos e tribunais etc.. Sopesados esses aspectos, não se pode concluir que há desídia do Juízo a quo em promover o andamento do processo, na medida em que o Magistrado está sempre atento às prioridades legais, devendo, inclusive, estabelecer plano de ação para resolução final da demanda. Logo, entende-se que deve haver uma maior flexibilização dos marcos prazais. CONCLUSÃO Diante do quanto exposto, em harmonia com Opinião Ministerial, vota-se pela DENEGAÇÃO DA ORDEM, pelas razões fáticas e



jurídicas acima delineadas. Sala de Sessões, data constante da certidão de julgamento. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA DESEMBARGADOR RELATOR